

HUMANAS E SOCIAIS

V.8 • N.2 • Agosto/Setembro/Outubro - 2019

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2019v8n2p141-154



ANÁLISE SOBRE O PAPEL DA MÍDIA E SUAS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ANALYSIS OF THE ROLE OF THE MEDIA AND ITS POSSIBLE CONTRIBUTIONS IN THE AREA OF PUBLIC SECURITY

ANÁLISIS SOBRE EL PAPEL DE LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN Y SUS POSIBLES CONTRIBUCIONES EN EL ÁREA DE SEGURIDAD PÚBLICA

Adorisio Leal Andrade¹
Pablo Silva Lira²

RESUMO

O objetivo desse artigo foi analisar o tratamento midiático dado pelos meios de comunicação, principalmente os jornais locais impressos em relação às políticas públicas de segurança. Foi pesquisado o papel da mídia e suas particularidades ao apresentar as notícias e reportagens sobre segurança pública em âmbito nacional e local, e também foi pesquisado como os meios de comunicação influenciam a população e os gestores da área pública. Para chegarmos aos objetivos da pesquisa analisamos autores nacionais em artigos e livros, periódicos das áreas correlatas (Comunicação, Violência e Segurança Pública) confrontando suas análises com o objetivo da pesquisa. Observamos questões que podem ajudar a melhorar as abordagens da mídia em relação aos programas de segurança pública evitando a propagação da cultura do medo e oferecendo reflexões sobre essas áreas que podem auxiliar as decisões dos gestores públicos em relação à divulgação dos resultados das ações governamentais. Como resultado, entendemos a importância do papel da imprensa e dos jornais impressos na divulgação das ações de segurança pública, o fenômeno da violência e da criminalidade, bem como a probabilidade de propagação da chamada cultura do medo.

PALAVRAS-CHAVE

Segurança Pública. Violência. Comunicação. Jornais Impressos.

ABSTRACT

The objective of this article was to analyze the media treatment given by the main printed local newspapers in relation to public security policies. The role of the media and its particularities was investigated by presenting the news and reports on public safety at the national and local levels, and it was also investigated how the media influence the population and managers of the public area. In order to reach the objectives of the research, we analyze national authors in articles and books, periodicals of the related areas (Communication, Violence and Public Security) confronting their analyzes with the objective of the research. We observe and report on issues that can help improve media approaches to public safety programs by avoiding the spread of the culture of fear and by providing reflections on those areas that may assist public managers' decisions in disseminating the results of government actions. As a result we understand the importance of the role of the press and printed newspapers in the dissemination of public security actions, the phenomenon of violence and crime, as well as the probability of spreading the so-called culture of fear.

KEYWORDS

Public Security. Violence. Communication. Printed Newspapers

RESUMEN

El objetivo de este artículo fue analizar el tratamiento mediático dado por los principales periódicos locales impresos en relación a las políticas públicas de seguridad. Se investigó el papel de los medios y sus particularidades al presentar las noticias y reportajes sobre seguridad pública a nivel nacional y local, así como los medios de comunicación influyen a la población y los gestores del área pública. Para llegar a los objetivos de la investigación analizamos autores nacionales en artículos y libros, periódicos de las áreas relacionadas (Comunicación, Violencia y Seguridad Pública) confrontando sus análisis con el objetivo de la investigación. Observamos y relatamos cuestiones que pueden ayudar a mejorar los enfoques de los medios en relación a los programas de seguridad pública evitando la propagación de la cultura del miedo y ofreciendo reflexiones sobre esas áreas que pueden ayudar a las decisiones de los gestores públicos en relación a la divulgación de los resultados de las acciones gubernamentales. Como resultados entendemos la importancia del papel de la prensa y de los periódicos impresos en la divulgación de las acciones de seguridad pública, en las consideraciones sólo el fenómeno de la violencia y la criminalidad, así como la probabilidad de propagación de la llamada cultura del miedo.

PALABRAS CLAVE

Seguridad Pública. Violencia. Comunicación. Periódicos Impresos

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo estudamos a mídia, não de um modo geral, mas a relação da produção jornalística sobre a violência e a segurança pública. Realizamos uma pesquisa bibliográfica, que é parte da pesquisa descritiva, onde foi estudada a literatura nacional, em livros e artigos, referente a gestão de políticas públicas de segurança, a criminalidade e a violência. Também foram pesquisados o papel e a influência da mídia e a comparação dessas áreas.

Buscamos conhecer o papel do jornal impresso na divulgação das políticas públicas de segurança e ainda qual a relação da violência ou da luta para se diminuir a violência (políticas públicas de Segurança Pública). Enfim chegamos a conclusão de como a imprensa pode ajudar na transparência e da divulgação da prestação de conta dos órgãos públicos de segurança.

Importante relatar por que uma pesquisa voltada para o conteúdo dos jornais impressos em dias que a redes e mídias sócias estão na moda? A “Pesquisa Brasileira de Mídia 2015” - PBM revela em suas análises que:

[...] a televisão segue como meio de comunicação predominante, que o brasileiro já gasta cinco horas do seu dia conectado à internet e que os jornais são os veículos mais confiáveis (BRASIL, 2015, p.7).

Cientes da importância da participação popular no êxito das políticas públicas de segurança deve os gestores públicos em seu planejamento inserir os meios de comunicação, e particularmente os jornais impressos em seu trabalho de implementação das ações em prol da segurança. Não para pautar ou usar a imprensa como se fosse dono, mas informar bem, passar informações completas, em linguagem clara e acessível a população, possibilitando que essa informação seja transmitida fielmente para que as pessoas e a sociedade civil organizada tenha conhecimento de como está sendo usado o dinheiro dos impostos e que poderá ser feito para melhorar o contexto social em que vivem.

2 DE QUE MÍDIA ESTAMOS FALANDO?

É da mídia que se atem em cumprir sua função de informar que deve ser priorizado os esforços estatais para atender sua demanda prestando conta de suas ações, mas também é necessário abrir o diálogo com aquela mídia que propaga o preconceito, o estereótipo, o medo buscando redire-

cionar sua linha editorial para o avanço de uma melhoria de vida e convívio e também a ajudar educação dos seus leitores.

Menandro e Souza (1991) apresenta um parêntese que deve ser observado quando destaca que:

É indispensável reconhecer que as notícias, como produto acabado, podem ter sido impregnadas de interesse pessoais dos jornalistas e redatores, que estão submetidos a empresas editoriais passíveis de pressões econômicas, políticas e religiosas, mas, não obstante, podemos seguramente afirmar que as notícias contêm verdades (MENANDRO; SOUZA, 1991, p.55).

Nessa linha de pensamento os jornais só são como são porque uma linha jornalística/editorial decidiu assim publicar. Nesse patamar estão pessoas tomando decisões, pessoas que são fruto da mesma sociedade, aqueles que publicam são os mesmos que leem as matérias publicadas. Por isso é necessário como dito anteriormente que haja diálogo em busca de uma sociedade mais acolhedora e menos excludente.

Conforme Brandão (2006) o Estado para se comunicar com as pessoas, que o compõe, deve ter habilidade de lidar com todos os tipos de comunicação. Se limitar a comunicação dita como pública simplesmente é não alcançar toda a população.

3 O PAPEL DA IMPRENSA NA SEGURANÇA PÚBLICA

Uma das prerrogativas na implementação de políticas públicas é que a participação de todos em busca da melhoria da qualidade de vida é essencial para o sucesso, e na área da segurança não é diferente.

Por participação de todos temos que entender e extrapolar as instituições policiais e de segurança, trazendo as organizações não governamentais, as igrejas, os grupos, os cidadãos e enfim a mídia. A imprensa invariavelmente vem norteando a sensação de segurança e também a vida cotidiana do cidadão:

Manifestações públicas de medo e insegurança ganharam intensidade e dramaticidade, como deixam entrever as narrativas cotidianas que aparecem diariamente às colunas policiais da mídia impressa e às manchetes da mídia eletrônica e televisiva. No rol das mais inquietantes preocupações nacionais, a insegurança e a violência ocupam posição de destaque, conforme demonstram sondagens de opinião realizadas por distintos institutos e estudos acadêmicos (ADORNO & PASINATO, 2007, p. 132).

Ramos (2007) ao analisar o papel da imprensa e as políticas públicas de segurança afirma que:

Apesar das deficiências que ainda persistem, pesquisadores e especialistas são enfáticos em apontar o papel decisivo dos meios de comunicação, e o da imprensa em especial, nas respostas de governos e da sociedade aos problemas da violência (RAMOS, 2007, p. 21).

A autora ainda destaca que a imprensa se torna grande parceira das polícias e dos órgãos de direitos humanos que frequentemente buscam ajuda para obter informações e/ou fazer denúncias. A imprensa quando se atem a tecer críticas substanciadas por pesquisadores ou ainda pela opinião popular, sobre determinado aspecto das ações na segurança acaba por colaborar com o Estado na melhoria de seus planos e ações.

A imprensa quando denuncia os desmandos, os abusos de autoridade do aparato policial, quebra dos direitos das pessoas e ainda aponta problemas da violência e da criminalidade em determinada região ou circunstância proporciona aos gestores públicos informações valiosas que devem ser levadas em consideração no redirecionamento dos planejamentos.

Outro aspecto que deve ser abordado é como a notícia é publicada e suas características. Se a mídia tem o dever/missão de informar e essa informação deve ser relevante para população, então deve se buscar a melhor e/ou a ideal forma de fazer isso. Para Curado (2002) uma notícia pode ser julgada pela sua abrangência, quanto mais abrangente, quanto mais pessoas atinge, mais importante é a notícia para a sociedade, ressaltando ainda que essa abrangência se refere ao público alvo da notícia.

Curado (2002) afirma que fundamentalmente a notícia é a informação a serviço do público. A busca da informação é a busca da verdade e o jornalista é o ator que faz a mediação entre a comunidade e a fonte da informação na busca daquela verdade.

Para que a notícia cumpra esses requisitos de prestar informações uteis, segundo a autora, deve ser avaliado o nível de interesse do público, que pode variar entre uma mera curiosidade de algum aspecto da vida, passando por informações de serviços ao povo ou ainda ser de abrangência na área da contemporaneidade mostrando aos receptores da informação atualidades sociais, políticas e econômicas oportunizando assim a formação do conhecimento.

A informação deve colaborar para produzir em nós um sentimento de inclusão social ou política, aumentando a nossa consciência acerca do que se o passa nas nossas cercanias ou alhures (CURADO, 2002, p.16).

4 A MÍDIA, A VIOLÊNCIA URBANA E A CULTURA DO MEDO

Observando o funcionamento da mídia Barros Filho (1995) explica em seus estudos a influência dos meios de comunicação de massa nas pessoas e para isso cita duas teorias: a *Agenda Setting* e a *Espiral do Silêncio*. Para *Agenda Setting* define como uma imposição de temas os quais a sociedade discute:

As pessoas agendam seus assuntos e suas conversas em função do que a mídia veicula. É o que sustenta a hipótese da agenda setting. Trata-se de uma das formas possíveis de incidência da mídia sobre o público. É um tipo de efeito social da mídia. É a hipótese segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre o que o público falará e discutirá (BARROS FILHO, 1995, p.169).

Já a Espiral do Silêncio:

Se trata de um fenômeno que atribui aos meios de comunicação uma prerrogativa decisiva de construção e de imposição da opinião que se deve ter sobre os fatos [...]. Ou seja, depreende-se dessas hipóteses que os meios não se limitam a impor os temas sobre os quais se deve falar, mas também impõe o que falar sobre esses temas (BARROS FILHO, 1995, pp. 210 e 211).

Para Lopes (1999) os meios de comunicação em massa desempenham dois papéis centrais, na forma de difusores do efeito-demonstração do estilo de vida urbano e a forma de agências de socialização antecipada. Esse antecipar os acontecimentos, ou fazer com que o telespectador ou leitor vivencie virtualmente a violência narrada acaba por gerar uma sensação de pânico da vida cotidiana.

Sodré (1994) no Seminário realizado no Rio de Janeiro em meados de 1993 para discutir “Mídia & Violência Urbana” já levantava questões sobre o papel e a participação da mídia na sensação de segurança da sociedade:

[...] Nós sabemos que a mídia contemporânea vive do imaginário da catástrofe. Até onde efetivamente, essa insegurança é real, qual é a medida de sua realidade e onde começa a paranoia catastrófica alimentada e produzida por essa mesmo mídia? (SODRÉ, 1994, p.151).

Para Lira (2009) é inegável importância da imprensa na contemporaneidade, ela faz com que a população tenha informações relevantes das mais diversas áreas, além de possibilitar o acompanhamento das ações públicas, questões de saúde, educação e segurança. Essas necessárias informações chegam aos mais diversos locais e aos mais diversos grupos de pessoas através do jornal, televisão, rádio e internet. Mas o autor ressalta que esses mesmos meios de comunicação podem servir para uma desconstrução da sensação de segurança pública quando usa do sensacionalismo, e por muitas vezes alimentam o sistema da violência por meio de alguns processos legitimados e operacionalizados nas notícias e reportagens publicadas.

Uma das maneiras de acentuar a cultura do medo na sociedade é estereotipar pessoas, circunstâncias e lugares ligando-os ao contexto de violência, crime e criminalidade. Quando essas figuras estão impregnadas na consciência social de modo a surgir entre as pessoas um sistema de interpretação da realidade própria para sua percepção do outro e das situações temos então um sistema de representações sociais imposto.

A disseminação da cultura do medo; a culpabilização de determinados grupos sociais e a estigmatização *sócio espacial*, que segundo Lira (2009), gera um discurso reducionista que busca inventar um *locus* da violência onde bairros e até mesmo cidades ficam marcados como lugares perigosos ou violentos e pôr fim a banalização da violência.

As mídias são ferramentas poderosas e influentes. Todavia, as formas com que a imprensa brasileira vem transformando dados e informações referentes à Segurança Pública em

notícias revelam que, via de regra, a abordagem midiática privilegia o sensacionalismo em detrimento da elaboração de materiais mais apuradas que enfoquem os motivos estruturais da criminalidade violenta e se comprometam com a proposição de eventuais soluções da problemática em questão (LIRA, 2009, p.126).

Ainda para Filho (2004) o que a população passa é um verdadeiro assédio da violência pelas redes de televisão, rádio e jornais e isso tem promovido tolerância ao fenômeno como se fosse normal além de criar constrangimento e pânico social.

Os crimes ganham manchetes, os governantes de todos os níveis são considerados omisso, a sociedade é acusada de conivência, e, em contrapartida, a criminalidade aumenta e os criminosos são cada vez mais truculentos e audaciosos (FILHO, 2004, p.40).

Esse comportamento da mídia deve ser motivo de reflexão da sociedade e também dos produtores das notícias e reportagens, principalmente da área de segurança pública e ocorrências policiais. O que nos leva a levantar perguntas reflexivas. Como tem sido a divulgação por parte da mídia das informações policiais e de segurança pública? Como a mídia poderia divulgar sobre a violência e criminalidade cotidiana sem propagar a “cultura do medo”? O que das políticas públicas de segurança deve ser divulgada pela mídia?

Essas seriam algumas perguntas que jornalistas, gestores públicos, formadores de opinião deveriam buscar repostas com a finalidade de avançar na propagação do melhor convívio social e a busca da paz.

5 O QUE A MÍDIA TAMBÉM PODERIA DIVULGAR?

Sobrinho (2005) também chama essa sensação de insegurança criada ou amplificada pela mídia, de cultura do medo, que deve ser combatida em todos os níveis afim de que possamos desenvolver políticas públicas mais técnicas e menos emotivas. O autor afirma que:

A cultura do medo, enfaticamente enraizada em nossa civilização, reflete exatamente a produção do imaginário social ideologicamente efetivado e amplamente divulgado, especialmente, não só pela mídia, mas também pela família e religião (SOBRINHO, 2005 p. 215).

Mas Ramos e Novo (2003) relatam que um dos erros que os gestores públicos não devem cometer é culpabilizar a imprensa por toda sensação de insegurança e propagação da cultura do medo.

Administradores públicos devem entender que a mídia não é a única responsável, mas sim entender que ela reforça com suas notícias as representações sociais e certas concepções já presentes na sociedade.

De um lado, precisamos levar em consideração as políticas de comunicação – quais as motivações das agências de comunicação ao veicular a criminalidade de determinada

forma –, de outro lado, não podemos esquecer que a imprensa é uma expressão da opinião pública, é uma expressão da população. A imprensa não cria essa dramatização por sua livre e espontânea vontade. Ela é a expressão de profundos sentimentos populares, que de certo modo dramatizam a criminalidade, e tem certa relação de identidade com essa dramatização e com o modo como a criminalidade é veiculada (RAMOS; NOVO, 2003, p. 491).

Já Baratta (1994) parte para propor a solução. O que então a mídia deveria começar a divulgar para não retroalimentar essa cultura do medo e sim participar efetivamente do combate a violência nas cidades?

Num modelo democrático de construção da informação, a sociedade não é “consumidora da notícia”. Os cidadãos participam ativamente dos fluxos informativos, cujos elementos são fornecidos e controlados também pela experiência direta de seus participantes (BARATTA, 1994, pp. 23, 24).

O autor também afirma que os processos democráticos de informação sobre a criminalidade oportunizam a participação efetiva da população e o encontro de respostas bem mais eficazes para a segurança pública.

Outro autor que teoriza a resposta sobre o que a mídia deveria divulgar em questão de segurança pública é Cerqueira (1994). Segundo ele os programas preventivos não são divulgados adequadamente pela mídia devido seus resultados não serem de curto prazo e ainda que enfatiza em suas matérias a figura do “criminoso”:

Difícilmente serão eficazes os programas de curto prazo, vez que não conseguirão alcançar as causas reais do crime. Há necessidade de a mídia começar a se interessar em divulgar programas de prevenção primária ou mesmo secundária. Isto permitiria uma abordagem mais efetiva, embora menos atraente, por não ser dirigida diretamente ao criminoso (CERQUEIRA, 1994, p. 36).

Enfim Ramos (2007) lamenta o esforço despendido pela imprensa em retratar a violência e o crime em detrimento da busca pela solução ou soluções definitivas para a questão:

Assim, vive-se uma contradição: enquanto a mídia denuncia a gravidade da crise da segurança pública no país, abdica do papel de tomar a dianteira no debate sobre o tema – o que poderia motivar ações do Estado mais eficazes e abrangentes (RAMOS, 2007, p. 26).

Esses autores não estão aqui menosprezando o relevante papel que os meios de comunicação exercem ao divulgar cotidianamente os problemas da violência e da segurança pública brasileira. Na verdade, a mídia nesse sentido cumpre uma parte relevante para a manutenção do controle social. Todavia, a mídia tem um amplo potencial para ir além das denúncias, fundamentando uma discussão

mais qualificada sobre a etiologia da violência e explorando *cases* de sucesso de políticas públicas que alcançaram êxito na prevenção e controle da criminalidade.

A questão é que, via de regra, a mídia não desenvolve tal potencial e ao mesmo tempo se limita ao excesso das imagens e casos brutais da violência. Após anos e anos deste tipo de cobertura tal excesso se traduz no sensacionalismo do crime, espetacularização da violência e na banalização da vida.

Ainda Ramos (2007) alerta que para melhorar a divulgação é necessário que os jornais decidam se querem um mundo de cidadãos ou apenas uma audiência consumidora de violência.

A maioria dos grandes meios de comunicação, com seus pressupostos hierarquizantes, contribui, ou pelo menos não ajuda, para a superação da progressiva perda do sentido da vida coletiva, cujo corolário é o aumento da intolerância, da sensação de insegurança e a dificuldade de os sujeitos sociais incorporarem uma ética de responsabilidade e relação ao espaço público (RAMOS, 2007 p.97).

Souza (2003) defende que ao contrário que a mídia impõe, a sociedade deve voltar a fazer as coisas coletivamente, provando as situações e circunstâncias como sujeitos ativos e não só experimentando pela escrita do jornal ou pela tela da televisão, abandonando o individualismo de nossa época. Também é o que Ramos (1994) já alertava há duas décadas, que o medo surge nas cidades devido o viés midiático estereotipado da criminalidade e violência que impõem a seus habitantes, mas também apresenta, seu ponto de vista, sua tese, da solução/saída desse ciclo vicioso.

Na conclusão de Porto (2009) sobre a notícia que a imprensa veicula em relação a segurança pública, polícia e violência:

[...] a notícia é uma mercadoria com outra qualquer, assim como a violência, a qual, com amplo poder de venda no mercado da informação, é transformada em objeto de consumo e faz com que a sua realidade passe a fazer parte do dia a dia mesmo daqueles que nunca a confrontaram diretamente (PORTO, 2009, p. 220).

Tendo em vista tudo que foi dito sobre o papel da mídia nas políticas de segurança pública, como ela influencia e como ela trata a questão da violência e criminalidade, observamos que da forma que é orientado o jornalista e as redações como direcionado por Publifolha (2006) numa visão superficial o ciclo de cultura do medo não terá fim, pois as matérias de crimes, acidentes e catástrofes sempre atenderam os cinco aspectos abordados.

Souza (2008) completará esse pensamento dizendo que a sensação de segurança não cresce na mesma proporção dos índices de criminalidade. Num momento os índices param de crescer e/ou até decrescem, mas os patamares de insegurança podem continuar crescendo com ajuda da mídia. O autor deixa claro também culpar a mídia de todos os males da propagação da cultura do medo é agir numa “retórica alarmista” e “simplificar demasiadamente o problema” da violência que é por si só complexo. Como ele mesmo diz:

O crime rende boas manchetes, o medo do crime vende jornais e encontra ampla audiência – da mesma forma que, cada vez mais, o medo do crime rende bons negócios (de carros de passeio blindados a armas, de “condomínios exclusivos” aos serviços de firmas de segurança particular) e promete render votos a candidatos a cargos no Executivo e no Legislativo. (SOUZA, 2008, p. 30)

Em suas conclusões sobre a cultura do medo, Sobrinho (2005) alerta que a sociedade deve rever seus conceitos e preconceitos, bem como a mídia também deve repensar seu modo de propagar essa cultura, pois tem servido e se servido em criar o caos, a desordem que no final justificam políticas públicas de segurança que são ferramentas de mais exclusão e meio de controle das populações pobres.

Parece evidente que o sentimento de insegurança da sociedade esteja umbilicalmente ligado à divulgação do aumento da criminalidade e conseqüentemente, fornece subsídios necessários – políticos, sociais e psíquicos - para enaltecimento da cultura do medo (SOBRINHO, 2005, p. 225).

Segundo Brandão (2006) a imprensa pode ser entendida ou pode estar classificada como uma forma de Comunicação Pública, um pouco mais além de um papel social simplesmente, a autora defende que quando o setor público regulamenta e controla o que será tido como liberdade de expressão e/ou quando concede o direito a empresas de explorarem essa área de comunicação ela passa a fazer parte desse complexo emaranhado, chamado comunicação pública:

Comunicação e política é uma relação de raiz desde que a imprensa, as técnicas de comunicação e as pesquisas de opinião começaram a vida política dos Estados. Alvo de grande parte de estudos contemporâneos, tanto no campo da comunicação quanto da sociologia e política, a área também conhecida por mídia e política ou mídia e poder está hoje em verdadeira simbiose com os cenários político, econômico e social, na medida em que a vida na sociedade contemporânea também está cada dia mais “mediada” pela comunicação. A mídia é hoje parte deste jogo, partilhando e disputando o poder com ou contra o Estado e, segundo alguns autores, a custa do enfraquecimento do Estado na sociedade (BRANDÃO, 2006, p. 7).

Enfim podemos entender que a imprensa tem o dever/poder de informar, esse é seu propósito ou o que ela se propõe. Mas seu comunicar os fatos tem se resumido a propagação de uma chamada cultura do medo, fomentando a sensação de insegurança, o pânico social através de notícias jornalísticas com grande ênfase na violência e na criminalidade cotidiana.

É claro que a mídia não faz sozinha, a sociedade é consumidora dessas mazelas, e como exorta Rivers e Schramm (1970) o leitor deve ser exigir das notícias o máximo de justiça e imparcialidade, tanto quanto pode fazer o julgamento humano, já o poder público muitas das vezes simbioticamente alimentam ou retroalimentam esse ciclo de caos como afirma Souza (2008), divulgação do caos que acaba por gerar mais caos.

Por sua vez a sociedade vendo a violência aumentar sem controle, exige dos gestores públicos atitudes emergências que por muitas das vezes não surgem os efeitos esperados. Políticas

Públicas de Segurança baseadas num clamor social fomentado pela mídia, acabam sendo implementadas emocionalmente, não baseadas em técnicas reconhecidas ou estudos aprofundados sobre os fenômenos sofridos.

Essa forma atabalhoada de gastar os recursos públicos, não surtem efeitos perenes e acaba por girar mais uma vez a roda da cultura do medo. O Estado segundo Porto (2009) deveria se beneficiar dos estudos sobre as representações sociais apresentadas pela mídia na formulação ou reformulação das políticas de segurança ao invés de entrar em embates infintos procurando culpados para apontar responsáveis pelo aumento da criminalidade.

Segundo Kosovski (1994) a mídia, a população e o Estado devem estabelecer os limites e uma coexistência harmoniosa e construtiva. Para a autora a população deve lutar para que haja algum tipo de controle e a imprensa deve buscar na sua liberdade defender os direitos humanos, a cidadania, não coadunando com excessos do Estado com seu aparato repressivo.

Já o Estado deve buscar dar respostas com políticas públicas baseadas em estudos científicos, apresentar com transparência suas ações mesmo que sejam para condenar o próprio Estado e ainda regulares a liberdades e o direito para enfim proporcionar harmonia entre os indivíduos, grupos e a sociedade como um todo.

Se a imprensa deseja informar realmente deve então começar a se aprofundar buscando informações mais qualificadas sobre os programas e políticas públicas ajudando a população a conhecer as ações estatais e individuais possível de aplicação e assim também passar a cobrar do Estado não só uma ação mas uma ação qualificada e que surta efeito.

A resposta ao problema da criminalidade e do medo só poderá ser efetiva, e não ilusória, se os cidadãos deixarem de ser “espectadores” dos meios de comunicação e da política como espetáculo para serem “atores”. (BARATTA, 1994, p. 18)

O que a imprensa não pode fazer na visão de Porto (2009) é através de seus conteúdos jornalísticos promover diretamente do aumento do medo, da violência e da criminalidade ao invés de um canal de sociabilidade, que a mídia não deve valorizar comportamentos violentos em detrimento da reflexão que promova a paz.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que aqui se insere não teve como objetivo exaurir o assunto de como as políticas públicas de segurança, as violências e a criminalidade são apresentadas pela mídia e pelos jornais impressos, pois muitas outras análises podem ser realizadas com esses temas.

Esperamos que esses resultados aqui encontrados auxiliem os gestores públicos, que lidam com as questões de segurança, a refletir, formular e/ou reformular as políticas públicas considerando o importante papel que a mídia tem e que os jornais impressos possuem.

Esperamos também que a mídia continue ou comece a refletir mais em seu papel social, não só pensando no viés governamental de divulgar o que o Estado quer que seja divulgado, não só pensando no viés financeiro em divulgar o que interessa à indústria, ao comércio e ao capital. Se pensar somente com esse viés estará vendendo uma cultura do pânico, do medo e da insegurança. Em vez disso, pensar como podemos melhorar o convívio social das comunidades, como questionar os programas de governo, como cobrar transparência na área da segurança pública de forma macro e não só visando a venda de jornal através de notícias de cunho sensacionalista.

A imprensa pode aproveitar o espaço público que desfruta, a fim de trazer crescimento e conhecimento à população. Talvez nesse momento pensássemos: mas isso não é papel do serviço estatal? A mídia não seria tida como “chapa branca”? Porém entendemos que todos podem dar sua contribuição para propagação da cultura da paz, para diminuição dos índices de violência que afetam a todos nós.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S.; PASINATO, W.A justiça no tempo, o tempo da justiça. In: **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, novembro 2007, v. 19, n. 2.
- BARATTA, A. Filósofo de uma criminalidade crítica. In: RAMOS, S. (org.) **Mídia & Violência Urbana**. Rio de Janeiro. FAPERJ, 1994.
- BARROS FILHO, C. Ética na comunicação: da informação ao receptor. São Paulo: moderna, 1995.
- BRANDÃO, E. P. Usos e significados do conceito comunicação pública. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, n. 29, 2015, Brasília. **Anais Eletrônicos**. Brasília: Intercom, 2006. Disponível em: <www.intercom.org.br/paper/nacionais/2006/resumos/r1037-1.pdf> Acesso em: 20 de out. de 2015.
- BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Consultoria Legislativa. **Manual de Comunicação da Secom**. Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/retranca>> Acesso em: 20 de dez. de 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. – Brasília: Secom, 2014.
- CERQUEIRA, C.M.N. O comandante de uma polícia brasileira. In: RAMOS, S. (org.) **Mídia & Violência Urbana**. Rio de Janeiro. FAPERJ, 1994.
- CURADO, O. **A notícia na TV: O dia-a-dia de quem faz telejornalismo**. São Paulo: Alegro, 2002. Enciclopédia INTERCOM de comunicação. – São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos

Interdisciplinares da Comunicação, 2010. Disponível em <<http://www.cienciasnuvens.com.br/site/wp-content/uploads/2013/07/Enciclopedia-Intercom-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 20 de out. de 2015.

FILHO, D.D. **Segurança e planejamento**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2004.

KOSOVSKI, Ester. Estado, mídia e cidadania. In: RAMOS, S. (org.) **Mídia & Violência Urbana**. Rio de Janeiro. FAPERJ, 1994.

LIRA, P.S. Índice de violência criminalizada (IVC). II CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, n 2, 2009, Brasília, **Anais eletrônicos**. Brasília: CONSAD, 2009. Disponível em: http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_II_congresso_consad/painel_62/indice_de_violencia_criminalizada.pdf Acesso em: 20 mai. 2015.

LOPES. M. I. V. **Pesquisa em Comunicação**. 4^a Ed. São Paulo. Edições Loyola, 1999.

MENANDRO, P.R.M., & SOUZA, L. **Linchamentos no Brasil**: a justiça não tarda, mas falha: uma análise a partir de dados obtidos através da imprensa escrita. Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

PORTO, M.S.G. **Mídia, segurança pública e representações sociais**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.21, n2. São Paulo: 2009, p. 211-233.

PUBLIFOLHA. **Manual de Redação**: folha de São Paulo. Revista e ampliada. São Paulo, 2006.

RAMOS, F. P. e NOVO, H. A. **Mídia, violência e alteridade**: um estudo de caso. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: Estudos de Psicologia, 2003.

RAMOS, S. Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil - Rio de Janeiro, IUPRJ, 2007.

RIVERS, W.L. e SCHRAMM, W. **Responsabilidade na comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1970.

SOBRINHO, S.F.C.G. **A cultura do medo e as transgressões Contemporâneas**. Direito, Estado e Sociedade - v.9 - n.27 - p. 215 a 226 - jul/dez 2005.

SODRÉ, M. A construção da Realidade pela mídia. In: RAMOS, S. (org.) **Mídia & Violência Urbana**. Rio de Janeiro. FAPERJ, 1994.

SOUZA, M. L. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, M. de. **Televisão, Violência e Efeitos Midiáticos**. Psicologia ciência e profissão, 2003, 23 (4), 82-87.

1 Mestre em Segurança Pública, pela Universidade de Vila Velha, possui Pós Graduação em Gestão de Entidades Sem Fins Lucrativos e Inteligência em Segurança Pública, graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo e Bacharel em Teologia - Seminário Teológico Batista do Estado do Espírito Santo. Desenvolve pesquisa na área da Comunicação e em Políticas Públicas de Segurança como bolsista da Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP) na linha de pesquisa do mestrado: perspectiva social, econômica e territorial da criminologia. adorisio@hotmail.com

2 Possui graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Espírito Santo (2005), graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006), aperfeiçoamento em Planejamento Urbano pela Université de Cergy-Pontoise (2003), especialização em Conservação e Manejo da Diversidade Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (2009) e encontra-se doutorando no Programa de Pós-graduação (Doutorado) em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. pabloslira@gmail.com

Recebido em: 11 de Julho de 2018

Avaliado em: 28 de Agosto de 2019

Aceito em: 29 de Agosto de 2019



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilhaigual CC BY-SA